

A POTÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Arthur Lima de Assis

Orientadora: Jessica Silva Rodrigues

Centro Universitário Fametro - Unifametro

ARTHURLIM.AAEFPSI@GMAIL.COM

Área Temática: Constituição, Cidadania, Políticas Públicas e Efetivação de Direitos

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Encontro Científico: XIII Encontro de Iniciação à Pesquisa

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir a relevância das políticas públicas na sociedade brasileira, destacando sua importância como instrumentos de garantia de direitos, cidadania e de transformação social. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica narrativa, construída a partir da análise de produções acadêmicas sobre o tema. Os resultados apontaram uma ampla produção de dados sobre a área e saberes que evidenciam a força das políticas públicas como agentes transformadores, capazes de promover inclusão social, fortalecimento da cidadania e a construção de uma sociedade mais democrática. Conclui-se que o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre o papel das políticas públicas na realidade brasileira e regional, reforçando sua potência enquanto instrumentos de mudança social e de garantia de direitos.

Palavras-chave: Políticas públicas; Transformação social; Cidadania; Brasil.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir a potência das políticas públicas enquanto agente transformador na sociedade brasileira. Para tanto, primeiramente, apontaremos um breve processo histórico das diferentes compreensões acerca das políticas públicas, demarcando as principais concepções acerca do tema.

No cenário atual, marcado pela intensificação das desigualdades sociais, as políticas públicas se destacam como uma estratégia de potencialização dos processos de transformação, uma vez que estas consistem em formas de assegurar os direitos sociais (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2014). Logo, este trabalho visa entender o que são e como funcionam as políticas públicas para refletirmos os modos como estas políticas agenciam outras possibilidades de vida e resistência de populações historicamente marginalizadas a partir da efetivação de direitos sociais.

Nesse sentido, a partir da interpretação de Souza (2006), Lasswell (1936), enquanto pioneiro, diria que a política pública efetiva-se como uma resposta às seguintes perguntas: “Quem ganha o quê?, quando e como?”. A partir desse questionamento, o autor reflete sobre o que denomina de “policy analysis”, noção que antecede à de políticas públicas. Segundo ele, a política é uma espécie de “processo” de decisão e alocação de recursos e benefícios dentro do Estado, passando por uma explicação mais complexa que abrange os atores envolvidos (elite e massa), o contexto, a decisão tomada e suas consequências.

Por sua vez, Simon (1957), também lido a partir da obra de Souza (2006), introduziu o conceito de racionalidade limitada, trazendo um posicionamento crítico sobre as políticas públicas. Logo, argumenta que os decisores políticos (“policy makers”), ou seja, os formuladores e gestores de políticas públicas tem um déficit de racionalidade, pois essa seria sempre prejudicada por informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão (ter que tomar a decisão muito rápido, por exemplo) e o autointeresse dos decisores, que em opiniões populares é o mais grave, já que pode privilegiar os decisores em detrimento dos interesses da população. Contudo, Simon traz como solução para esse impasse a maximização da racionalidade até um ponto que seja, minimamente, satisfatório através da criação de estruturas (como regras, leis, programas de incentivos) que coloque o comportamento dos decisores políticos em uma certa “caixa de condicionamento” que dentro dela teriam certos modelos, regras e critérios a serem seguidos, então direcionaria esse comportamento a bons resultados, impedindo, por exemplo, o desvio/corrupção dessas políticas para interesses próprios. Um exemplo, atual, desse desvio é a PEC 03/21 (Proposta de Emenda à Constituição), popularmente conhecida como PEC “da Blindagem” que é formulada a partir do autointeresse político dos decisores, pois, é uma proposta que buscava atender a demanda de setores da classe política restabelecendo as regras de imunidade processual anteriores a Emenda Constitucional 35/2001. Isso significa que, para iniciar investigações contra parlamentares, voltaria a ser necessária a autorização da própria Casa Legislativa, em votação secreta (UNIFOR, 2025).

Souza (2006) aponta que Lindblom (1959;1979) critica a formalidade racionalista nos conceitos trazidos por Laswell e Simon. Em contrapartida a isso, o referido autor propõe, a partir de inspirações foucaultianas, novas variáveis para analisar as políticas como as relações de poder e os diferentes vetores que compõem etapas na tomada de decisão. Justificando assim, o porquê de precisar-se pensar além da racionalidade, considerando o papel das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse na formulação das políticas.

Contudo, Easton (1965), trazido pela autora Souza (2006), inova diante destas outras opiniões pois traz uma definição mais fechada. Para ele, as políticas públicas são um sistema que tem em sua composição a relação entre formulação, resultados e o ambiente. Ele complementa afirmando que elas recebem entradas, ou seja, participações (inputs) de atores externos como partidos, mídia e dos grupos de interesse.

Diante dessa percepção de Easton (1965), que pontua a participação dos atores da sociedade, é importante também entender conceitos como o de cidadania e de transformação social para uma leitura fluída desta proposta do trabalho. Marshall (1967) define Cidadania como o status atribuído aos membros plenos de uma comunidade envolvendo não somente direitos e deveres políticos, mas também civis e sociais. Ou seja, a cidadania é, portanto, um processo histórico de expansão progressiva de direitos, no qual a inclusão plena de indivíduos na sociedade se dá quando estes três eixos são garantidos. Desse modo, por um lado as políticas públicas podem fortalecer a cidadania, por outro, é um efeito do exercício desta.

Já o processo de transformação social pode ser um conceito amplo, mas a partir de uma interpretação da Sawaia (2014), entende-se que transformação social envolve não só a transformação do sujeito, mas do próprio modo de funcionamento da sociedade. Logo, a transformação social é muito mais do que mudar as estruturas externas, é preciso mudar o jeito de sentir, pensar e se relacionar, não há mudança coletiva sem que as pessoas se transformem por dentro, o social e subjetivos são indissociáveis.¹

Com base no exposto, aponta-se a relevância de compreender o processo histórico das políticas públicas. A análise das transformações sobre as compreensões e modos de funcionamento das políticas públicas nos possibilita o pensamento crítico acerca destas em nosso contexto atual, analisando suas potências e limites. Salienta-se que esse trabalho tem como objetivos discutir a importância das políticas públicas. Parte-se da premissa de que, compreendendo a relevância, a população possa, paulatinamente, atuar nas diferentes etapas da construção das políticas de modo ativo, efetivando os processos de transformação social.

¹ Transformação social, de acordo com Sawaia (2014) a partir de uma análise de autores como Marx e Spinoza, não seria essa ideia falsa que a costuma rondar que adere à materialidade transformando-a. Transformar seria metamorfosear o que já está concebido, se tornar uno, abandonar o psicologismo, o individualismo, abraçar o comum, unir as potências, não ser reativo e sim resistente ativamente. A transformação social é caminhar por um caminho que leva ao que todos possam se transformar, somente assim, a transformação social de fato aconteceria.

METODOLOGIA

Este trabalho utiliza a revisão bibliográfica narrativa como estratégia metodológica, permitindo discutir e compreender a potência das políticas públicas na sociedade brasileira. Optou-se por esse tipo de revisão por sua flexibilidade, que possibilita integrar diferentes perspectivas teóricas e exemplos práticos, sem se prender a critérios rígidos de sistematização.

As fontes foram selecionadas a partir de livros clássicos e contemporâneos sobre políticas públicas, cidadania e transformação social, bem como artigos acadêmicos e resenhas que abordam o tema no contexto brasileiro. Ao todo, foram lidos 17 textos acadêmicos, entre artigos, livros e uma dissertação, excluindo-se reportagens e notícias. Os autores clássicos da teoria das políticas públicas, como Lasswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959; 1979) e Easton (1965), foram analisados a partir da interpretação de Souza (2006). Além disso, exemplos locais de políticas estatais e multicêntricas foram mobilizados para ilustrar a aplicação prática dos conceitos.

O procedimento de análise consistiu na busca em periódicos nacionais e internacionais de reconhecida relevância, disponíveis em plataformas como CAPES Periódicos, SciELO, Redalyc e Google Acadêmico. Foram lidos textos das seguintes revistas: *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, *BMJ Global Health*, *Public Administration Review*, *Administração de Empresas em Revista (UNICURITIBA)*, *Research, Society and Development (RSD)* e *Sociologias (UFRGS)*. Também foram consultados livros de referência teórica publicados por editoras acadêmicas, como Cengage Learning, EDUFPA e Brasiliense, além de uma dissertação disponível no repositório institucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O processo metodológico envolveu leitura detalhada, organização conceitual, confronto de ideias e reflexão teórica, buscando compreender tanto a formulação das políticas quanto suas manifestações concretas na sociedade. Foram considerados casos de políticas públicas nacionais e projetos sociais transformadores, demonstrando como a articulação entre Estado e sociedade civil pode gerar mudanças significativas nos modos de vida da população.

Essa abordagem permite não apenas mapear e discutir os conceitos teóricos, mas também refletir sobre os efeitos das políticas públicas na vida dos cidadãos, evidenciando sua relevância como instrumentos de inclusão e transformação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Souza (2006) diz que não existe uma única definição sobre o que seja política pública. Com isso, aponta que a melhor definição a ser adotada é aquela que se adequa a dada realidade, ou seja, é um fato contextual. Assim sendo, ao abordar o tema das Políticas Públicas no Brasil disserta-se quem fala sobre política pública aqui no país e quais exemplos temos do que é falado.

Segundo Abad (2017) apud Secchi (2014):

existem duas abordagens de estudos de políticas públicas: a estatista, (state centered policy-making) que “considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais” e a abordagem multicêntrica, que “considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (policy networks), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas (SECCHI, 2014, p. 2).

Diante dessa citação, tem-se como exemplo de política pública estatista, no Brasil, a Política Nacional de Inteligência (PNI), instituída pelo Decreto nº 10.772/2021. Seu processo de formulação, implementação e avaliação ocorre de forma centralizada no âmbito do Estado, sem participação de atores não estatais. O controle integral pelo GSI² e pela ABIN³ caracteriza uma política monocêntrica, baseada em decisões “top-down”⁴, voltadas à proteção de interesses estratégicos e à segurança nacional, sem espaço para práticas multicêntricas de governança (BRASIL, 2021). Um exemplo de política pública com base estatal, mas modelo de governança multicêntrico é o SUS⁵, que oferece desde serviços de saúde para a população, sendo potência maximizadora para a transformação, pois, traz além da remediação a fatores ameaçadores da vida, uma mínima qualidade de vida e a fiscalização sanitária devida, até outros serviços que promovem e protegem a saúde dos brasileiros.⁶ Como exemplo de política pública multicêntrica, existem projetos sociais voltados para o esporte, arte, lazer e cultura que tem como seu modelo de funcionamento o de ONGs.⁷

² Gabinete de Segurança Institucional

³ Agência Brasileira de Inteligência

⁴ Decisões políticas *top-down* são aquelas em que as ações e diretrizes são definidas pelo alto escalão do Estado e repassadas hierarquicamente para execução, com pouca ou nenhuma participação dos níveis locais. (PRESSMAN; WILDAVSKY, 1973).

⁵ Sistema Único de Saúde

⁶ Uma pessoa com diabetes, no Brasil, tem os custos para o tratamento da doença arcados pelo SUS, desde consultas até canetas de insulina que são medicamentos caros para o tratamento da doença, fator que leva pessoas que residem em países sem um sistema de saúde público a racionar tal medicação (EWEN et al., 2019) (BRASIL, 2025).

⁷ Organizações Não Governamentais (geralmente sem fins lucrativos, mas muitas vezes com subsídio governamental).

Analisa-se, aqui, casos de transformação social a partir dessas abordagens de políticas públicas. Um exemplo da efetivação de uma política totalmente estatista é observado nas ações da ABIN no combate a ataques cibernéticos contra sistemas do governo federal. Acerca dos impactos de políticas públicas nas trajetórias de vida de jovens periféricos, pode-se citar o caso da atleta Rafaela Silva, uma judoca brasileira campeã olímpica, nascida na Cidade de Deus que se situa, periféricamente, no Rio de Janeiro. Ela começou o judô no Instituto Reação, que é um projeto social criado para afastar jovens da violência e criminalidade daquela região e hoje é campeã olímpica. (ESTADÃO, 2024).

Embora trajetórias de destaque individual, como a de Rafaela, chamem atenção, é importante situá-las num contexto estrutural: em 2022, um em cada cinco jovens estava fora do mercado de trabalho e da educação, o que demonstra a magnitude do problema e que casos de ascensão via esporte ocorrem em um universo social bem maior (IBGE, 2023). Programas esportivos de inclusão representam intervenções coletivas reduzindo riscos e ampliando possibilidades, mas não são a resolução completa. Entretanto, adentrando nestas políticas, que influenciam os esportes em comunidades marginalizadas, percebe-se que elas apresentam também outras possibilidades de identificação para crianças e jovens e isso é um elemento importante para a construção de identidades, possibilitando novas formas de reconhecimento social e a construção de novas narrativas desses jovens sobre si e sobre suas trajetórias, processos de Mesmidade (CIAMPA, 1987).⁸

Ainda sobre o contexto estrutural das desigualdades, estudos sobre juventude periférica indicam que a situação de exclusão é um fenômeno estruturado, relacionado a desigualdades de raça, renda e território (SILVA, et al 2024). Pesquisas do IPEA (2012) mostram alta taxa de “NEET”⁹ entre jovens periféricos, enquanto estudos sobre programas esportivos e sociais documentam que intervenções estruturadas promovem capital social, melhora de comportamentos psicossociais e, em alguns casos, ganhos escolares e

⁸ Para o autor, o processo de construção de identidade está relacionado diretamente às experiências sociais do sujeito. Os modos de reconhecimento social operam nos modos como os sujeitos se reconhecem e narram a si mesmos. O autor destaca dois processos na construção da identidade social: Mesmice e mesmidade. Mesmice se relaciona à reposição de uma mesma narrativa sobre si, ou forma de se identificar. Ocorre, portanto, a reposição de um mesmo papel social. A Mesmidade trata-se de um salto qualitativo que possibilita ao sujeito a criação de novas narrativas sobre si e construção de novas identidades.

⁹ NEET é um acrônimo para "Not in Education, Employment, or Training" (Não na Educação, Emprego ou Formação) em inglês, referindo-se a jovens que não estudam, trabalham ou participam de algum tipo de formação. Esse termo é também conhecido no Brasil como a sigla "nem-nem" (nem estuda, nem trabalha), que é derivada do termo espanhol "nini". Os jovens NEET representam um desafio socioeconômico global, com riscos de desemprego, exclusão social e problemas de saúde mental.

ocupacionais. Assim, dizer que “Rafaela venceu por mérito individual” oculta o efeito das políticas e programas comunitários que criam condições para trajetórias de mudança.

Atualmente, em Fortaleza, contam-se com diversos programas dessas políticas. Existem programas como o Bolsa Jovem que destina verbas para adolescentes e jovens de Fortaleza em diversos segmentos, sendo alguns deles: arte, lazer, cultura, esporte e capacitação. Existem centros de treinamento voltados para o esporte como o CFO¹⁰ que oferta esportes de alto rendimento, gratuitamente, para jovens atletas que buscam o nível olímpico. Existe a Rede Cuca¹¹, que é uma rede de proteção social e de oportunidades voltada para a juventude com o objetivo de oferecer educação, cultura, esporte e lazer por meio de cursos, eventos e atividades gratuitas em suas unidades pela cidade (PORTAL DA JUVENTUDE). Existem projetos sociais, sem fins lucrativos, atuando também na cidade como agentes transformadores. A Associação Fênix e a Associação Resgate, são exemplos disso, localizadas na periferia do Pirambu e na periferia da Messejana, respectivamente.

Além desses equipamentos, pode-se citar as escolas e universidades públicas, instituições das políticas públicas, que asseguram o direito à educação por meio do ensino público gratuito e de qualidade. Apesar dos diversos ataques à sua imagem¹² numa tentativa de enfraquecer a educação, a universidade resiste e transforma o território ao redor como um todo (SILVA et al, 2022). Esse tipo de prática, que alimenta o ódio ao saber, não é novidade, mas deve ser interrompida, pois o ensino e a academia são políticas públicas e elas são as responsáveis, com toda sua potência, por transformar nossa sociedade. Logo, é também dever do estado e seus decisores impedir que políticas públicas sejam sucateadas, difamadas e destruídas. Como o exemplo das universidades, mas também dos Correios, empresa estatal que, hoje, está sucateada (PRADO et al, 2024).¹³

¹⁰ Centro de Formação Olímpica

¹¹ Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte

¹² Por exemplo, a imagem do ensino superior é atacada, muitas vezes, por meio de campanhas de desinformação. Isso inclui o uso de imagens tiradas de contexto nas redes sociais e também a manipulação tecnológica para espalhar conteúdos negativos que maldizem a liberdade acadêmica e o avanço do conhecimento (SILVA et al, 2022)

¹³ É importante que se entenda que a lógica geral de políticas públicas e sociais não possa ser: É público? Gratuito? Então é precário. É privado? Caro? Então é de boa qualidade. É filantrópico? Voluntário? Então é de qualidade duvidosa. Não se pode e nem se deve tratar sobre os problemas da setorização da sociedade, inclusive o próprio fato de setorizar a sociedade em “setores” autônomos, mas também a noção errônea do que é a sociedade civil, a possibilidade de intermediar o público e o privado e, principalmente, a identificação da sociedade como o “terceiro setor” apartando todos esses atores, conceitos e questões do mercado. A vasta literatura acerca do terceiro setor costuma identificá-lo como ONGs sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária, ou seja, uma classificação demasiada ampla e pouco elucidativa. (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2014)

Ainda sobre as políticas de educação, universidades privadas, por meio de programas de bolsas concedidas pelo governo, podem oferecer possibilidades de educação a nível superior a estudantes socioeconomicamente vulneráveis.¹⁴ Estes programas são o PROUNI¹⁵ e o FIES¹⁶, mas vale adentrar melhor em estudos como o de Yamamoto e Oliveira (2014) sobre a participação do terceiro setor nas políticas públicas para maior compreensão.¹⁷

Assim, encerro com destaque e proeminência para um caminho possível que realmente transforma a sociedade: a educação (FREIRE, 1967).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia que as políticas públicas assumem papel central na transformação social. A análise mostra que diferentes abordagens teóricas se complementam ao explicar a complexidade de sua formulação e implementação. Observa-se que políticas estatais e multicêntricas coexistem e impactam diretamente a vida dos cidadãos. Em Fortaleza, exemplos como o SUS, a Rede Cuca e o CFO demonstram que o investimento em saúde, educação, cultura e esporte promove cidadania e inclusão. Também se constata que projetos sociais independentes, embora menores, contribuem de forma significativa para a formação de sujeitos e comunidades.

Os resultados indicam que a sociedade reconhece a potência das políticas públicas, mas enfrenta desafios diante da desinformação, da fragilização institucional e dos ataques às universidades e empresas estatais. O estudo apresenta como limitação o fato de se tratar de uma revisão narrativa, que não contempla de forma sistemática toda a produção científica existente. Ainda assim, aponta caminhos para pesquisas futuras, como a análise comparativa entre municípios e estados, ou a investigação sobre os efeitos de políticas públicas em setores específicos da população. Conclui-se que políticas públicas não apenas estruturam direitos, mas também constroem identidades, cidadanias e transformam as realidades.

¹⁴ Estes programas apesar de enfrentarem problemas principalmente em termos de acesso e permanência (G1, 2025) (PORCOTE, 2025), se encaixam na abordagem multicêntrica de política pública, pois são entidades privadas a fim de promover a educação que é um serviço básico que compõe o ideal de cidadania (MARSHALL, 1967).

¹⁵ Programa Universidade Para Todos

¹⁶ Fundo de Financiamento Estudantil

¹⁷ Yamamoto e Oliveira (2014) discorrem sobre a participação do terceiro setor (sociedade civil) nas políticas públicas como uma forma do Estado transferir sua responsabilidade e assim fazendo uma (re)filantropização das respostas à “questão social” e despolitizando os conflitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABAD, Alberto. **Resenha: Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, de Leonardo Secchi.** *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 2, n. 2, p. 168-175, dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 10.772, de 23 de agosto de 2021.** Institui a Política Nacional de Inteligência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 6, 24 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10772.htm

BRASIL. **Ministério da Saúde. Ministério da Saúde recebe primeiro lote de 2,5 milhões de canetas reutilizáveis para insulina.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 4 set. 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2025/setembro/ministerio-da-saude-recebe-primeiro-lote-de-2-5-milhoes-de-canetas-reutilizaveis-para-insulina>.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A história do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

EASTON, David. **A framework for political analysis.** Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

ESTADÃO. **Rafaela Silva iniciou esporte para não brigar na rua e levou a Cidade de Deus ao topo do pódio.** São Paulo: O Estado de S. Paulo, 3 ago. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/esportes/rafaela-silva-iniciou-esporte-para-nao-brigar-na-rua-e-levou-a-cidade-deus-ao-topo-do-podio/>.

EWEN, Margaret; SAID, Farhad Rezende; TEYMOURLOUY, Suzanne; *et al.* **Insulin prices, availability and affordability in 13 low-income and middle-income countries.** *BMJ Global Health*, v. 4, e001410, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2019-001410>.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

G1. **Prouni tem 85 % de ociosidade em 2024 e acumula 25 milhões de bolsas não preenchidas em 12 anos.** [S.l.], 18 mai. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/05/18/prouni-tem-85percent-de-ociosidade-em-2024-e-acumula-25-milhoes-de-bolsas-nao-preenchidas-em-12-anos.ghtml>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022>

LASWELL, Harold D. **Politics: who gets what, when, how.** Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

LIMA, Adalberto de Salles; et al. **Juventudes e periferias urbanas**. Brasília: IPEA (repositório), (artigo/relatório). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>

LINDBLOM, Charles E. **Still muddling, not yet through**. *Public Administration Review*, v. 39, n. 6, p. 517-526, 1979.

LINDBLOM, Charles E. **The science of muddling through**. *Public Administration Review*, v. 19, n. 2, p. 78-88, 1959.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Psicologia e políticas sociais: temas em debate**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2014.

PORCOTE, Izzadora Silvestre. **Coalizões de defesa e políticas de ampliação do acesso à educação superior: uma análise do PROUNI e FIES**. 2025. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba, 2025. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/98446>.

PORTAL DA JUVENTUDE – Prefeitura de Fortaleza. *Bolsa Jovem*. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldajuventude.fortaleza.ce.gov.br/bolsajovem>

PRADO, Vaner José do; RIBEIRO, Mônica Matos; TOSTO, Samantha de Carvalho Gusmão; RODRIGUES, Karina Oliveira Sousa. **Desafios para o setor postal no Brasil: quais as possíveis saídas para os Correios?** *Administração de Empresas em Revista Unicuritiba*, Curitiba, v. 2, n. 39, p. 515-554, abr./jun. 2025. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/view/8046>.

PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. *Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland*. Berkeley: University of California Press, 1973.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SILVA, Alexsandro de Oliveira; et al. **Esporte e inclusão: impactos transformadores no ambiente escolar e comunitário**. *Research, Society and Development (RSD)*, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/47687/37576/491223>

SILVA, Camila Ferreira da; et al. **The public university in Brazil: between academic ideals and government attacks**. *Research, Society and Development*, 2022.

SIMON, Herbert. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

UNIFOR. **PEC da Blindagem: por que foi arquivada e o que estava em jogo para a democracia brasileira**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 29 set. 2025.

